

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A (RE) CRIAÇÃO DO CAMPESINATO – OS PRODUTORES-ALHICULTORES NO MUNICÍPIO DE CATALÃO-GO

Marcelo Rodrigues Mendonça¹

A partir da década de 60, na conjuntura internacional, acelerou-se a divisão internacional do trabalho. E, no plano nacional, foi reforçado o processo de industrialização do centro-sul, através de grandes incentivos à indústria e do aumento da dependência de capital externo. Na divisão inter-regional do trabalho, coube à região Centro-Oeste² a modernização agropecuária. Assim, a região integrou-se ao fluxo da economia nacional, procurando modernizar a atividade agropecuária para elevar as exportações. O processo de modernização foi concretizado através da utilização de facilidades creditícias, políticas públicas, abertura de novos mercados (internos e externos) e melhoria do sistema de abastecimento.

Vivenciou-se uma significativa transferência de indústrias para região, principalmente as vinculadas ao setor primário, acarretando um aumento de correntes migratórias para o cerrado. Esse processo provocou grandes alterações no espaço regional, seja na relação cidade-campo, no surgimento de novas categorias de trabalhadores e numa busca incessante rumo à absorção de inovações, que descaracterizando as espacializações anteriores, construíram, a partir do imbricamento dialético entre formas espaciais velhas e formas espaciais novas, outras organizações espaciais. A industrialização no campo provocou mudança na relação homem-natureza - agora mediada pela técnica - nas relações sociais, nos instrumentos de trabalho e, conseqüentemente, no arranjo espacial. Não se deve perder de vista que, para analisar a estrutura espacial em sua totalidade, faz-se necessário interpelar, além de outros fatores, as relações de trabalho, procurando compreender melhor a funcionalidade da modernização agrícola.

A diversidade de teorias acerca do desenvolvimento capitalista no campo e as transformações decorrentes, enriqueceram o debate acadêmico, possibilitando vários posicionamentos sobre o assunto em questão. Alguns autores, valendo-se das teorias clássicas, colocam a extinção paulatina das relações não-capitalistas de produção, resultantes da modernização na agricultura que, por sua vez, extinguiu os camponeses. Outros salientam a permanência das relações feudais no campo e somente a distribuição da terra alteraria a situação, acabando com os vestígios feudais, destruindo o latifúndio e substituindo-o pela propriedade camponesa ou capitalista. Essa abordagem não inspira grandes discussões atualmente.

Mas recentemente, vários estudiosos da agricultura buscam explicações para compreender o campesinato e até mesmo o seu aumento no próprio processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, contrariando as teses anteriores. Segundo Oliveira "(...) é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalista e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento". (1986: 8). Atualmente, após a intensa modernização na agricultura, principalmente nas regiões do centro-sul brasileiro, ocorre a nível da grande propriedade (empresa rural) uma produção intensamente tecnificada e, por outro lado, as pequenas propriedades permanecem com uma diversificação de culturas de acordo com as regras do mercado, com as políticas agrícolas etc., mas preservando a agricultura de subsistência.

Utilizando ainda Oliveira, podemos constatar que ocorre um processo de sujeição do campesinato ao capital, sem que esse trabalhador seja expulso da terra e sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. Estamos diante de um novo processo: "(...) da sujeição da renda ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa."(1995: 13). Ao mesmo tempo que ocorre a "(...) sujeição da renda da terra ao capital monopolista, este engendra, contraditoriamente, o processo de concentração/especialização desse produtor familiar subordinado."(idem: 58).

Na década de 70 intensifica-se as relações sociais no campo impulsionadas pela modernização na agricultura, com a predominância do trabalhador volante³ - o bóia-fria - que representava a concretização da proletarianização do camponês. Na verdade esse trabalhador não é específico desse momento histórico.

¹ Prof. Assistente do Curso de Geografia do Campus da UFG em Catalão-GO.

² O Brasil é dividido em (05) macro-regiões (Norte, Nordeste, Sudeste Centro-Oeste e Sul) de acordo com critério político-administrativo definido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A região Centro-Oeste é composta por Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (Brasília).

³ O termo trabalhadores volantes se refere a trabalhadores que foram expropriados dos seus meios de trabalho - fato intensificado com a modernização da agricultura nas últimas décadas - deslocando-se para os centros urbanos. Não encontrando trabalho - mão-de-obra não especializada - retornam ao campo como diaristas ou mensalistas, não possuindo qualquer vínculo empregatício com o produtor rural, e sujeitando-se às mais rudes condições de trabalho. Denomina-se comumente volante o trabalhador agrícola que reside fora das fazendas, em geral nas periferias das cidades e vilas, e que se deslocam continuamente para executar tarefas nas áreas rurais.

“Há documentos sobre bolsões de trabalhadores avulsos entre as fazendas de café. Há fotografias de bóias-frias no começo do século. Há contratos impressos específicos para essa categoria de trabalhadores na mesma época.” (Martins, 1986: 97).

É evidente que, com a industrialização do campo, ou seja, a implantação do modo de produzir industrial no campo, várias alterações nas relações sociais de produção aconteceram. No entanto não foram apreendidas e explicadas com a devida cientificidade, caindo assim, na idéia do progresso linear e infundável, perpetuando o evolucionismo e não compreendendo a essência do movimento social, produtor das contradições inerentes ao modo de produzir, pautado na expropriação do trabalho social.

Estudiosos diversos utilizam as simplificações presentes no evolucionismo e no economicismo. Abandonam “a pesquisa empírica em favor do ensaio porque supomos que inventar a realidade é fazer boa teoria.” (idem: 98). Martins chama a atenção para a pesquisa empírica, enquanto “investigação teoricamente fundamentada em que o pesquisador tem o domínio tanto do método de investigação quanto do método de explicação.” (1986: 100).

É no campo, sobretudo entre os trabalhadores autônomos de base familiar, que se vive o confronto mais radical com os princípios da ordem vigente. Porque se abre diante deles um destino que o operário já não experimenta: o destino do desaparecimento, da proletarização, da perda da autonomia. É no campo, por exemplo que se pode ouvir uma palavra raramente ouvida entre os operários urbanos: a palavra liberdade. (Martins, 1986: 101).

Liberdade, enquanto expressão do viver, do sentir e, principalmente, de assegurar as condições de sobrevivência, ou seja, a reprodução social da família.

Martins, rechaça com veemência a polarização, objeto de tantas polêmicas, tantas vaidades e que, segundo ele, não é o verdadeiro problema. O falso dilema onde os mais diferentes autores,

(...) se empenham em provar a superioridade da pequena agricultura familiar (ou o seu caráter camponês) ou no lado oposto, a superioridade da produção capitalista no campo (ou, mesmo, o caráter capitalista das relações na produção familiar, ou, ainda, o seu caráter operário) é absurdo e não faz sentido algum. (1986:47)”.

Dentre os vários conceitos, utilizamos Mesquita para conceituarmos modernização: “A expressão está empregada como processo de expansão do capitalismo, o que se dá pela industrialização da agricultura com as inerentes redefinições na forma de produzir.” (1993 : 17). Esse processo se materializa pelo aperfeiçoamento no ritmo da produção que é “(...) dado pelo desenvolvimento das forças produtivas, gerado pelo próprio caráter de acumulação capitalista com a ingerência fundamental do Estado.” (idem).

Esse processo de ocupação do cerrado provocou intensa degradação ambiental ao mesmo tempo que possibilitou a concentração da terra e da renda, de um lado. E por outro intensificou a exploração do trabalhador, associada a expropriação de vários pequenos e médios produtores. A latifundiária ocorre em paralelo à minifundiária. A resistência dos pequenos produtores ocorre, mesmo porque é inerente ao próprio avanço da modernização.

Especialmente, a modernização se estende em ondas concêntricas a partir do centro-sul, com os cultivos de trigo e arroz, depois com a cana e a grande expansão das culturas de soja, que avançaram nas áreas de cerrado. A expansão não se dá de forma homogênea no espaço e nem no tempo. Mesmo sendo comandada por motivos exclusivamente mercadológicos, algumas condições locais são relevantes, tais como a topografia plana, recursos hídricos e rede viária (estradas). O município de Catalão⁴ oferece todas essas condições, que em conjunto tornam-se primordiais para os investidores que buscam áreas específicas, onde os elementos naturais e sociais garantem um retorno financeiro seguro. A natureza é ativa em diferentes relações sociais, legitimando a teoria do espaço como síntese da relação entre homem e natureza.

A modernização agrícola não eliminou os pequenos produtores que desenvolveram estratégias – algumas - conseqüências do processo modernizador. Dentre elas destaca-se a especialização de cultivos para o mercado, associada a manutenção da agricultura de subsistência, ambas com trabalho predominantemente familiar. A expansão do cultivo de alho e outras culturas (hortaliças, feijão, tomate, frutas etc.) evidenciam que a tese modernizadora não se efetivou como anunciada pelos progressistas, que preconizavam o fim do modo de viver e produzir dos camponeses.

⁴ Município localizado no sudeste do Estado de Goiás na região centro-oeste do país. Possui cerca de 75.000 habitantes e nas últimas décadas passou por intensa modernização agrícola, destacando-se o cultivo de soja.

É nesse contexto que analisamos a cultura do alho, que surge, nitidamente, como uma cultura comercial, atendendo a uma tendência na agricultura: a especialização e a diversificação de culturas, face as necessidades mercadológicas e ao avanço técnico-científico, promovidos pela modernização agrícola. Para tanto urge compreender a natureza do produtor-alhicultor investigado ao estabelecer uma relação entre a questão teórico-conceitual e a realidade vivenciada.

O CAMPONÊS – UMA CONCEITUAÇÃO

Ao conceituar camponês e, para tanto, utiliza-se como referencial vários estudiosos da temática, faz-se necessário algumas breves considerações acerca do conceito de pequeno produtor e precisamente do pequeno produtor-alhicultor. O critério inicial para denominar o pequeno produtor foi o fator quantitativo do tamanho da propriedade e também da renda auferida com as atividades desenvolvidas na propriedade. Wilkinson utiliza uma conceituação sociológica, compreendendo dois elementos. “A renda (...) na faixa dos dois salários mínimos deve ser entendida como renda total e não simplesmente renda agrícola. E, em segundo lugar, a unidade de produção deve estar baseada essencialmente no trabalho familiar.” (1986: 28).

A citação de Wilkinson associa pequeno produtor, trabalho familiar e renda agrícola. No entanto, há que se ter uma preocupação com o critério renda, à medida em que a pequena produção familiar “combina” relações capitalistas e não-capitalistas de produção. Além disso, o tamanho da propriedade tende a ser relativizado... Há propriedades consideradas pequenas com elevada produtividade (inovações tecnológicas), assim como há grandes propriedades com produtividade muito baixa.

A essencialidade do pequeno produtor está no processo social do trabalho. A inter-relação de vários fatores, sendo determinante a reprodução social da família, precisamente a partir do trabalho familiar, tendo em vista associar a agricultura de subsistência com a agricultura de excedentes, é que caracteriza o pequeno produtor, que nesse caso é similar ao conceito de camponês.

Abramovay (1992), afirma que a modernização agrícola tende a transformar as propriedades familiares camponesas em unidades de produção individuais, altamente produtivas e extremamente abertas a incorporação de inovações tecnológicas. Esse processo, presente na Europa e nos EUA, possibilita compreender as unidades familiares e de produção como elemento fundamental na produção de alimentos e fibras, barateando a reprodução social da força de trabalho, nas nações mais desenvolvidas. Saliencia que as circunstâncias locais são fundamentais para a existência do campesinato. As relações incompletas com os mercados ao lado de mecanismos mercantis altamente avançados, evidenciam a tendência “rudimentar” do campesinato e que, como nos países desenvolvidos, deve-se priorizar e incentivar a produção familiar integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista.

O referido autor não expressou que as contradições do processo de acumulação ao se reproduzir, cria e recria o campesinato. Além disso, não considera as formações econômico-sociais e que, mesmo as técnicas mais avançadas, sob a hegemonia do capitalismo, não significam a homogeneização sócio-espacial, perpetuando a existência de formas não-capitalistas de produção – não enquanto modo de produção - mas como formações econômico-sociais específicas, embora universais.

Diniz (1996), considera o campesinato como uma organização em diferentes níveis de comercialização e não como um sistema fechado de subsistência. Acrescenta que essa abertura não significa a perda da condição de camponês, na medida em que: possuem como objetivo fundamental a reprodução social da família; trabalho predominantemente familiar; numa mesma unidade convergem produção e consumo final; produção insuficiente, necessitando de trabalho acessório; caráter mercantil de parte de sua produção; estrutura dinâmica podendo ter reprodução simples ou ampliada, dependendo de estímulos externos; e acesso estável a terra. Vários outros autores, tais como Silva (1980) e Cardoso (1979), concordam que dentre os critérios elencados por Diniz (1996), predominam: o trabalho familiar; a produção para auto-consumo e/ou mercados; a posse da terra e dos instrumentos de trabalho (ou parte deles); e relativa autonomia na gestão das atividades agrícolas.

Silva (1980), considera que a persistência e recriação da pequena produção são debilidades das transformações capitalistas na agricultura.

Muito embora se confirme a presença e a recriação destas formas não-capitalistas, não se lhes pode atribuir uma interpretação funcionalista, tendo em vista que elas determinam contradições e nunca soluções para o capitalismo. (1980: 230).

Embora as posições do autor tenham sofrido modificações nos últimos anos, acerca das relações agricultura/indústria, quanto a existência do campesinato e seu processo de (re)criação impulsionado pelo processo de reprodução do capital, assemelha-se a citação acima.

Oliveira (1995), nos diz que a industrialização da agricultura revela que o capitalismo está unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Cidade e campo, dialeticamente imbricados materializam-se no processo produtivo, com as trocas comerciais (fluxos, mão-de-obra, informações etc.) e no processo de lutas, com o crescente movimento de trabalhadores rurais nas cidades, exigindo a legitimidade de suas reivindicações.

Quanto ao processo de (re)criação do campesinato, contesta a tese da lógica da grande exploração na agricultura brasileira: “Os dados censitários revelam que, ao mesmo tempo que há um aumento dos latifúndios capitalistas, há também um aumento das unidades camponesas de produção.” (1995: 297). Acrescenta que o projeto modernizante implantado na agricultura brasileira promoveu a concentração das terras e, contraditoriamente, a expansão da agricultura camponesa. “Simultaneamente, cresceu a presença do trabalho familiar nas unidades camponesas e o trabalho assalariado nas médias e grandes unidades.” (idem: 305).

Essa tendência que atinge a agricultura brasileira nas últimas décadas, configura-se em Catalão-GO - Sudeste Goiano – nos últimos anos, com a crescente concentração de terras (latifúndios) altamente modernos e paralelamente um crescimento no número de pequenos produtores com trabalho familiar, contrariando a tese do desaparecimento do campesinato.

Os produtores rurais-alicutores (camponeses) que possuem como objetivo fundamental a reprodução social da família, apresentam – como todo o campesinato brasileiro - singularidades tanto no processo produtivo quanto nas relações sociais decorrentes.

A COMUNIDADE - O LUGAR DA PESQUISA

Martins, descrevendo o modo de vida dos camponeses, enfoca a agricultura familiar como uma comunidade de interesses, perspectivas e condições de vida semelhantes.

(...) e sobretudo, uma forma básica de cooperação econômica e é, também uma comunidade. Nos momentos de colheita, quatro gerações da família se reúnem para executar o trabalho dos mais fracos, sobretudo dos velhos. Eram muitas semanas de muito trabalho e também de muita alegria. Um momento, propriamente de comunhão. (1996: 53).

Santos (1994) coloca que cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. Atualmente, “os lugares são condição e suporte de relações globais que, sem eles (os lugares) não se realizariam.”. Conceitua espaço geográfico como sistemas de objetos e sistemas de ações – um conjunto indissociável. Se no lugar há uma fração desses sistemas - a totalidade - e esse elemento é fundamental para a sua existência, cada lugar expressa uma visão do mundo percebido pelos agentes sociais territorializados. Há uma relação intrínseca entre o mundo - a unidade - e os lugares – a diversidade. Qualquer alteração significa mudanças. É uma história em movimento.

O lugar se define como a funcionalização do mundo, e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente. Ao afirmar esta relação, percebe-se que o lugar caracteriza-se por um acontecer solidário, como a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum. Esse fato é experienciado constantemente nas comunidades pesquisadas, através dos mutirões, das trocas de dias, dos favores entre os membros do grupo social. Subjetivamente existe um pacto onde todos devem, caso chamados, atender e auxiliar o vizinho em dificuldade.

A diversidade é uma construção histórica na medida em que, pelo trabalho social, os homens conferem valor as regiões e aos lugares, criando e recriando, a partir das relações sociais estabelecidas, espaços de produção, distribuição e consumo, considerando os elementos subjetivos dos grupos sociais envolvidos, na produção material e cultural da vida humana.

O lugar, nosso próximo, nossa intimidade, e porque não nossa identidade, é, a partir dele que estabelecemos relações com o mundo. O lugar enquanto potencializador das possibilidades humanas, da auto-afirmação, da produção, dos conflitos, da esperança, das perspectivas, do passado e do futuro, da história. E cada vez mais fala-se de um mundo globalizado onde os lugares - paradoxo do discurso hegemônico – expressam a diversidade, revelam, desvendam frente aos nossos olhos, situações inimagináveis, mas presentes no cotidiano de parcelas significativas dos produtores rurais investigados. O lugar é uma porta aberta ao sempre vir da história.

Vários produtores-alicutores buscam nas relações de trabalho herdadas dos pais e avós a sustentação para manter a produção. Isso não quer dizer que negam as inovações, ao contrário, combinam relações não-capitalistas com relações capitalistas, assegurando, assim, a reprodução social da família. O mutirão, as festas, as relações intrínsecas a comunidade pesquisada serão abordados mais adiante.

Para Abramovay, o que caracteriza o modo de vida camponês é a presença de formas de ajuda mútua no trabalho, assegurando a reciprocidade moral. Logo adiante, acrescenta: "(...) a ética camponesa é secular. A referência secular dominante da conduta estará numa pequena comunidade cuja reprodução material corresponde a um conjunto de regras onde as ligações pessoais e até cerimoniais são determinantes." (1992: 115). Percebe-se que o uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. Porém, com a industrialização do campo, o camponês não é mais o sujeito criador de sua própria existência, esse sujeito está no mercado.

Poster, compreende o campesinato a partir da permanência de laços comunitários, que não foram destruídos com o processo de industrialização. "A industrialização não produziu a família privada burguesa entre a classe trabalhadora, pelo menos não no começo. Os trabalhadores preferiam tentar resistir a dominação capitalista mediante a preservação dos mais antigos laços comunitários." (1979: 210).

A relação entre o lugar e o exterior "define" a comunidade, que historicamente se modifica para atender as necessidades dos produtores. A comunidade é a materialização concreta da resistência, das estratégias e das lutas desenvolvidas pelos moradores. Ela permanece como prova inconteste de que a racionalidade camponesa não aceita a padronização e/ou a lógica da produção capitalista. Esse processo antecede a modernização, que implementada, reforça alguns elementos presentes na comunidade, principalmente a cooperação. Ocorreu também a destruição de vários elementos e, por vezes, a descaracterização da comunidade, em função das diferenciações sócio-espaciais, resultantes do movimento do capital. Martins nos diz que:

(...) já existia uma unidade básica de cooperação no campo, única tradição que nós temos, nesse sentido, na agricultura., Nós não temos a comunidade camponesa tradicional, nós não temos nenhuma instituição camponesa como houve na Europa, em vários países. E essa que resta é a única que não foi destruída. Então ela pode ser preservada e incorporada positivamente num processo de transformação econômica. (1996: 53).

A idéia acima reforça a discussão anterior, quando aponta a combinação de variáveis diversas e que o fato de adotarem técnicas modernas em alguns cultivos, não significa a descaracterização do modo de viver camponês. A reprodução social da família com a agricultura de subsistência intercalada com a comercial (alicultura), a permanência do trabalho familiar, a posse da terra e a relação parcial com os mercados, possuem como objetivo fundamental manter o sustento da família demonstrando a firmeza e até a expansão da produção familiar camponesa.

O MUTIRÃO E A FESTA: PRÁTICAS SOCIAIS DA COMUNIDADE CAMPONESA

Em pesquisa recentemente elaborada, Pereira dos Santos (1997), identifica os fazedores de demão como pequenos proprietários. “A maioria dos entrevistados se definem como donos de uma ‘terrinha’ ou de um ‘pedacinho de chão’”. Para tanto, utiliza Brandão (1981), que define o fazedor de demão como um pequeno proprietário ou camponês.

Entre os produtores-alhicultores entrevistados utiliza-se demão e/ou mutirão como sinônimos.

*Demão é trabaiá dado. Cê chama alguém pra trabaiá dado. Mutirão e demão é uma coisa só. O nome é o mesmo. É uma coisa só. O mutirão também é de graça. Cê tá com a roça no mato, faz um mutirão. Muita gente, multidão de gente que vai ajudá um companheiro em precisão.*⁵

Sendo assim, denomina-se mutirão as práticas sociais coletivas desenvolvidas tendo por objetivo a ajuda mútua, mediante a necessidade de trabalho por um dos membros da comunidade.

Entretanto, o ato de fazer uma demão e/ou mutirão não significa necessariamente, precariedade na condição de produtor, pois os gastos com a alimentação dos fazedores de mutirão são por conta do produtor assistido. Significa adiantar um serviço, atender uma necessidade imediata com mão-de-obra acostuada com o trabalho desenvolvido. A bateção de pastos, limpa de rego e as específicas do cultivo de alho como o plantio, a limpa ou a colheita, possuem um caráter coletivo, expressando os laços de solidariedade e coesão social da comunidade.

O mutirão implica em uma necessidade, necessidade de trabalho, de auxílio mútuo, de resolver a situação do produtor em dificuldade. É um trabalho solidário, onde o objetivo primordial é atender alguém que precisa de ajuda para solucionar o problema.

Em algumas comunidades, dentre elas, a comunidade Mata Preta⁶, próxima à área pesquisada, os produtores-alhicultores estabeleceram um rodízio de atividades, evitando o uso sistemático de assalariados. Nesse caso o mutirão é uma estratégia não só para a reprodução social da família, mas principalmente para assegurar ganhos maiores, utilizando-se quase que inteiramente o trabalho familiar e/ou dos vizinhos produtores. Parece ser uma adequação do mutirão às necessidades do produtor-alhicultor que mantém a agricultura de subsistência associada à produção de alho e/ou outros cultivos voltados exclusivamente para o mercado. O mutirão é utilizado, nesse caso, como uma estratégia para a redução de custos do processo produtivo. É o trabalho solidário associado às necessidades de sobrevivência, garantindo a segurança alimentar e a produção para o mercado.

Percebe-se a transformação no cotidiano dos próprios produtores-alhicultores. O mutirão que era um momento festivo, inclusive com baile à noite, localmente denominado de pagode⁷, sofreu alterações. Na lembrança dos mais idosos, o mutirão era a realização plena da comunidade. Com o processo de modernização agrícola nas últimas décadas e a acentuada migração para as cidades, o campo foi se “esvaziando”.

Os sujeitos históricos – fazedores de mutirão – pequenos e médios proprietários foram paulatinamente expropriados dos meios de produção (a terra) e/ou dos instrumentos de trabalho. Em contrapartida, a cidade – o lugar do progresso – atraía levas significativas de trabalhadores e produtores rurais, que deslocavam-se para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Mediante as transformações nas relações sociais de produção, o próprio mutirão, como produto das experiências coletivas dos produtores rurais se modifica, desaparecendo em algumas regiões, ou assumindo outras características como a inexistência do pagode e a formação de pequenos grupos para assegurar o andamento da produção do alho através dos rodízios, como na comunidade Mata Preta. As mudanças sociais alteraram o significado expressando o redimensionamento da comunidade rural frente à modernização da agricultura e suas conseqüências para os pequenos e médios produtores rurais do

⁵ Cacildo Rodrigues, 85 anos. Pequeno produtor-alhicultor. Fala com nostalgia dos mutirões realizados, das festas e da participação da comunidade. Diferencia mutirão e/ou demão de treição que era comum na área investigada. Segundo ele as treições não existem mais. Era uma surpresa a alguém que estava precisando de ajuda no trabalho. “(...) acontecia até muito, assim: ocê ia me dá uma treição, ocê levava uma vaca no laço. Aquilo que era graça. Já levava a vaca pra matá. Isso de madrugada. Os home ia pra roça, capiná e as muié ia fiá, nas rodas tocadas com o pé. A treição é diferente do mutirão só porque era surpresa; por isso treição. Amanhece o dia vai cuidá do sirviço. Trabáia o dia inteiro e de noite tem pagode, igual era no mutirão.”

⁶ Mata Preta é uma comunidade composta de cerca de 70 produtores rurais, mais próxima da sede político-administrativa onde também se cultiva o alho.

⁷ Denominação do baile ou festa que acontece após o mutirão na comunidade (Centro Comunitário) ou na casa do produtor assistido. Praticamente inexistente na comunidade pesquisada, a não ser quando alguns produtores-alhicultores aproveitam a ocasião e comemoram alguma data especial.

município de Catalão. Entretanto, a persistência dos fazedores de mutirão evidenciam o imbricamento das tradições com a adoção das inovações, que inter-relacionadas expressam o modo de ser e de viver do camponês.

As festas nas comunidades rurais apresentam semelhanças quanto a organização, ao significado para os festeiros e ao próprio envolvimento da comunidade. Todavia permanecem as singularidades. Em algumas áreas mantêm-se os aspectos considerados tradicionais, como servir comida aos visitantes no último dia da festa, fazer a procissão nos arredores e realizar as rezas sem a presença do pároco.

Na comunidade Morro Agudo (Cisterna)⁸ esses elementos, que fazem parte das lembranças dos mais idosos, já não existem mais. O crescimento na produção de alho nos anos 80, atraiu levas de migrantes e ocasionou relativo parcelamento das propriedades, propiciando uma maior rotatividade dos moradores. Além disso, a adoção de inovações e a maior integração com a cidade, fizeram com que a festa sofresse alterações. Alguns entrevistados disseram que a festa não é da comunidade e sim de algumas pessoas que adotaram “as coisas modernas” e se esqueceram das tradições.

As festas tradicionais realizadas por pessoas das famílias pioneiras, aos poucos, incorporaram elementos novos em função das alterações ocorridas no campo. A modernização agrícola, a atração exercida pela cidade, dentre outros fatores, possibilitaram mudanças na realização da festa. Agora famílias não tradicionais⁹ são convidadas como festeiros¹⁰ antes privilégio das famílias tradicionais. “A festa já não se vincula mais a determinadas famílias, mas sim ao lugar”. Qualquer pessoa que resida na comunidade pode assumir a responsabilidade de realizá-la.

Além de possibilitar um divertimento para a comunidade, a festa delimita um espaço, identificando o grupo social que a realiza. Assim, é comum identificar as melhores festas, donde centenas de pessoas acorrem. A festa “caracteriza” o lugar, dando reforço ao trabalho festivo e social da comunidade.

A fatura de alimentos durante os leilões – prendas e bandejas¹¹ - demonstram a situação favorável dos doadores. A prenda e a bandeja mais requintada é comentada por todos, expressando as boas condições de vida daquela família. Aqui retoma-se a alegria do produtor rural – camponês – que orgulha-se da tua cheia¹² da fatura de alimentos nas tachas e panelões cheios.

A festa é um espaço múltiplo, reunindo pessoas de diferentes lugares, além do envolvimento sistemático da comunidade que a realiza. Percebe-se nos depoimentos que a construção da festa ocorre de forma coletiva, pois há atividade para cada membro da comunidade. As mulheres rezadeiras, cozinheiras, jovens que cuidam do correio elegante¹³ e ajudam na limpeza e os homens que exercem as atividades como construção da tolda¹⁴, construção da fogueira, leilão, bar etc., denotam uma divisão social e técnica do trabalho, que não se restringe ao espaço da festa, abarcando todo o processo produtivo, desses sujeitos históricos em seu cotidiano. A função social desenvolvida pelos membros da família em suas propriedades estende-se às atividades sócio-culturais, dentre elas a festa.

A festa que era rural se modifica devido as próprias transformações que se vão operando na sociedade. A tradição recebe as forças dessas modificações, a festa sofre novos ajustes e continua trazendo para o

⁸ Comunidade com cerca de 160 produtores rurais. É o maior núcleo de produtores-alhicultores do Município de Catalão possuindo os mais elevados índices de produtividade e de área cultivada com alho. Nessa comunidade foi desenvolvida grande parte dessa pesquisa.

⁹ O termo se refere às famílias que residem na região há pouco tempo, não sendo tradicionais do lugar.

¹⁰ Se referem aos casais escolhidos para serem os responsáveis pela festa no próximo ano. Ser escolhido ou convidado para ser festeiro é tido como uma honra, como demonstração de prestígio político e social na Comunidade.

¹¹ Prendas se referem a porções de alimentos e/ou brindes doados ao festeiro para serem leiloados. Bandejas, termo utilizado pela comunidade para designar as famílias responsáveis pela manutenção do leilão com comidas e bebidas. As famílias são convidadas a levarem a bandeja num determinado dia da festa. A bandeja possui um significado maior que a prenda, pela quantidade de alimentos e pela beleza da mesma. Servindo como prestígio para a família que apresentar a melhor bandeja no leilão.

¹² Termo comumente utilizado na zona rural e principalmente na área pesquisada para designar fatura. Grande quantidade de alimentos adquiridos com o trabalho familiar para o sustento da família. Os produtores-alhicultores orgulham-se em mostrar os alimentos colhidos aos visitantes, demonstrando que a família é trabalhadora, não possui necessidades alimentares e é, de certa forma, a expressão da autonomia da família diante do mercado.

¹³ São cartões comercializados por meninas-moças durante a festa como forma de arrecadar recursos. As moças mandam os cartões para os rapazes que comunicados recebem o cartão e pagam pelo bilhete recebido.

¹⁴ Muito utilizada até recentemente, praticamente em todas as comunidades onde se realizavam as festas. São fabricadas com folhas de babaçu e/ou com lona plástica. Atualmente poucas comunidades utilizam a tolda, pois as festas são realizadas em Centros Comunitários ou em quadras cobertas.

seu interior as pessoas da cidade, porque hoje a grande maioria tem suas relações ampliadas também para a zona urbana, sendo assim, ali é o local que o festeiro tem para que ele seja visualizado socialmente. (Guimarães, 1997 : 38).

A permanência de elementos tradicionais, como os mutirões, as trocas de dias, o trabalho familiar, as festas e seus ritos, dentre outros, possuem significados diferentes em virtude da dinamicidade nas relações sociais que se baseiam em diferentes formas de compreensão e vivência, não podendo ser desconsiderados num trabalho de pesquisa.

É evidente uma readequação técnica e científica às novas formas exigidas pelo capital. Todavia esse processo está envolto em contradições, significados diferentes para os membros do grupo social etc, que jamais podem ser compreendidos de forma linear, como se o avanço tecnológico e a informática atingissem a todos. As mudanças evidenciadas no modo de viver dos produtores-alhicultores decorrem de elementos internos e principalmente dos elementos externos, mediante as transformações na economia brasileira e mundial.

PARA NÃO CONCLUIR

Nesses anos de convivência mais estreita com os camponeses produtores alhicultores – e seus familiares, pôde-se avaliar diversas atitudes que perpetuam o campesinato. As manifestações sócio-culturais e as estratégias (re)criadas demonstram a força desses sujeitos históricos na atualidade. É preciso perceber dialeticamente a relação homem-natureza e as inter-relações decorrentes, assim como, suas representações simbólicas que aparecem nas subjetividades dos sujeitos pesquisados. Os camponeses, através de vivência e da experiência de vida, (des)constróem a região. As práticas sócio-culturais indicam uma identidade, como algo dado e observável, materializando-se em lugares diferenciados, negando a propalada homogeneização veiculada, dentre outros, pelo capital, pelo Estado e pela mídia.

As condições de trabalhar e cultivar o alho tem piorado gradativamente. Isso exige mais esforço dos camponeses, e mesmo assim, não conseguem ter lucros significativos. A reclamação é generalizada, todavia quando se aproxima o período do plantio, parte deles continua a cultivar o alho, mesmo que em pequenas áreas, expressando a teimosia característica do campesinato, mas principalmente a compreensão de que a agricultura de subsistência possibilita a reprodução social da família - a segurança alimentar - e a especialização de cultivos parece ser alternativa defensiva para os camponeses frente ao mercado globalizado. O cotidiano dos produtores-alhicultores precisa ser melhor estudado na perspectiva dos estudos regionais, enquanto resultante das contradições dos elementos intrínsecos à região e suas relações com o mundo exterior. A abordagem feita abarcou parcialmente o modo de viver dos camponeses. A complexidade das práticas sociais deverão ser contempladas noutras investigações, demonstrando o processo de (des)construção, presente nas atividades exercidas pelos produtores-alhicultores e o imbricamento entre o moderno e o tradicional, como explicita o verso a seguir.

VERSO POPULAR

Agora peço licença descurpa franquezas minha
Lembrando de certas coisas que antigamente num tinha
Priciso falar um pouco a respeito dessas mocinha.
Bem me lembro de argum tempo numa antiga ocasião
Quando as moças se trajava com ropinha de algodão
Com seu vestido cumprido rastava a barra pelo chão.
Galhofa as moça do comércio com a pobre roceira
Se num tem vistido curto longo chama de quejeira
Com seu cabelo cortado passa perto tão faceira.
Conseguiram suas vida em suas casa paterna
Trajava grosseiramente mais tinha vida muderna
Hoje em dia trajam bem, mais no público mostrano as perna.
Dispenso muito dessa moda quem ouvir o meio conseio
Tem certas moça bunita com indecente apareio
Dexá de certos vistido que bate pelo jueio.
Esses vistido curto é uma moda muita feia
Muito inda compõe a que pode comprá meia
A outra anda quase nua, que o povo muito falteia.
Fico muito admirado, com tudo o povo habitua
Tem certas moça bunita, porém anda quase nua
Num sei como tem corage de sai de bonde na rua.
Já tinha telegrafado avisando as frontera
Tem certas moça bunita com fama de bagunceira
Hoje tudo bem, aquela que é mais faceira.

Cacildo Rodrigues – 85 anos, produtor-alhicultor e violeiro que cria e canta versos populares com facilidade. Ao longo de sua vida construiu cultura a partir de sua comunidade – os camponeses. Esses versos, ainda hoje, são cantados nos mutirões e encontros de amigos, principalmente nas lavouras de alho.

BIBLIOGRAFIA

- ABROMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Ed. Hucitec – ANPOCS. Ed. da Unicamp, Campinas, 1992.
- BRANDÃO, Carlos R. *Plantar, Colher e Comer*. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1981.
- CARDOSO, Ciro F. *Agricultura e Escravidão*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1979.
- DINIZ, José A. F. *A Condição Camponesa em Sergipe – Desigualdade e Persistência da Produção Familiar* – NPGeo-UFS, Aracaju, 1996.
- GUIMARÃES, Rosângela B. *Festas: Um Espaço da Prática Social nas Localidades Rurais*. Monografia. CAC-UFG, 1997.
- MARTINS, José de S.. *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República"*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1986.
- _____. Revisando a Questão Agrária. *Jornal Sem Terra*. Julho/1996. In: *Boletim do Militante MST – Debate sobre os Problemas Brasileiros e a Necessidade de Mudança Social*, N.º 27 dez./96.
- MESQUITA, Helena A. de. *A Modernização da Agricultura: Um caso de Catalão*. Dissertação de Mestrado – UFG, Goiânia, 1993 (mimeo).
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. Ed. Ática, São Paulo, 1986.
- _____. *A Agricultura Brasileira: Desenvolvimento e Contradições*. In: Becker, B. (org.) *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1995.
- POSTER, Mark. *Teoria Crítica da Família*. Zahar. Rio de Janeiro, 1979.
- SANTOS, Márcia P. dos. *O Trabalho na Demão: Mãos Solidárias em Ação*. Monografia – História – UFG, Campus de Catalão, 1997.
- SANTOS, Milton. *Técnica Espaço Tempo – Globalização e Meio Técnico-Científico- Informacional*. Hucitec, São Paulo, 1994
- SILVA, José G. da. *Estrutura Agrária e Produção de subsistência na Agricultura Brasileira*. 2.ª ed. Ed. Hucitec, São Paulo, 1980.
- WILKINSON, John. *O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção*. Ed. Hucitec, CEPBA-BA- São Paulo – Salvador, 1986.